

Compromisso sobre a Posse Florestal de Povos Indígenas e Comunidades Locais



Relatório Anual 2024–2025 SUMÁRIO EXECUTIVO

Na COP26, em 2021, doadores bilaterais e filantrópicos se comprometeram US\$ 1,7 bilhão ao longo de cinco anos (2021–2025) para apoiar os esforços dos povos indígenas e das comunidades locais em promover seus direitos territoriais e de proteção e gestão das florestas. Este relatório apresenta o progresso ao longo do quarto ano do Compromisso. Mais especificamente, ele fornece uma atualização sobre o financiamento concedido até o momento, destaca as abordagens e inovações apoiadas pelo Compromisso e resume as lições que estão moldando a próxima fase da colaboração. O relatório final será divulgado em 2026.

Avanços até a presente data

Até o final de 2024, os doadores do Compromisso haviam fornecido **US\$ 1,86 bilhão em financiamentos alinhados ao Compromisso**, excedendo a meta original de US\$ 1,7 bilhão e restando um ano para a prestação de contas. Em 2024, os doadores relataram o valor coletivo de US\$ 527 milhões em financiamentos para alcançar seu empenho conjunto.

Os recursos estão sendo distribuídos de formas significativas. Os destaques entre os financiamentos em 2024 incluem:

- 31% dos financiamentos apoiados pelo Compromisso foram destinados a trabalhos globais, enquanto 69% se destinaram a projetos com foco regional. Para projetos regionais, a América Latina recebeu a maior parte dos recursos (58%), seguida pela África (23%) e Ásia (18%). O valor destinado à Ásia quase dobrou em relação a 2023, embora o valor médio das doações tenha permanecido menor do que o da América Latina.
- A maior parte do financiamento continuou sendo dedicado a apoiar a gestão territorial e o fortalecimento da segurança da posse da terra (31%), e o manejo florestal sustentável e estratégias de subsistência baseadas na floresta (37%). Juntas, essas duas categorias representaram mais de dois terços de todo o financiamento alinhado ao Compromisso, consistente com os anos anteriores.
- O financiamento direto a povos indígenas e organizações de comunidades locais atingiu 7,6% em 2024 — mais de US\$ 39 milhões no total — em comparação com apenas 2,9% em 2021. Houve um ligeiro declínio percentual em relação a 2023, o que pode ser parcialmente atribuído a um aumento no volume de relatórios bilaterais. O financiamento filantrópico direto aumentou para 34% em 2024 (de 27% em 2023 e 3,8% em 2021).
- Um apoio mais amplo dos doadores e práticas de relatórios mais detalhadas aumentaram o número de organizações indígenas e comunitárias locais que declararam ter recebido recursos, de 22 em 2021 para 112 em 2024.



- Os projetos com foco em gênero foram mais bem priorizados e integrados ao trabalho dos membros da FTFG do que nos anos anteriores; 14% dos projetos financiados em 2024 tinham a igualdade de gênero como objetivo principal, e 52% a listaram como foco secundário.
- O financiamento voltado para os jovens permaneceu baixo, com menos de 1% dos projetos financiados em 2024 designando esse grupo como alvo principal, embora 28% incluíssem os jovens como foco secundário.

Principais conclusões

Os resultados de 2024 confirmam que o Compromisso superou sua meta financeira, mas as conclusões também revelam mudanças importantes e lacunas persistentes. Geograficamente, a América Latina continuou a receber a maior parte dos financiamentos alinhados ao Compromisso, seguida pela África, enquanto a Ásia quase dobrou sua participação em relação a 2023. Essa é uma mudança importante. Historicamente, os padrões de financiamento não refletem o fato de que a Ásia abriga a maior população indígena do mundo. Ao mesmo tempo, a concentração de recursos na Amazônia, na Bacia do Congo e em Bornéu-Mekong reflete o foco dos doadores em florestas tropicais globalmente significativas, mas deixa ecossistemas críticos como a Mesoamérica com uma parcela menor do financiamento, apesar das pressões crescentes sobre a região.

As alocações temáticas de financiamento mostram que a maior parte dos recursos continua sendo destinada a apoiar a gestão territorial, o fortalecimento da segurança da posse da terra e meios sustentáveis de subsistência baseados na floresta. Essas abordagens práticas, lideradas pela comunidade, são complementadas por iniciativas que promovem a reforma da política de posse da terra, o reconhecimento formal dos direitos e a incidência política internacional, que representam uma parcela menor, mas muitas vezes estão incorporadas em programas territoriais e de meios de subsistência mais amplos. Essa dupla abordagem ressalta a importância de combinar reformas facilitadoras em nível nacional e internacional com a implementação local.

As vias de financiamento também revelam progressos e limitações. O financiamento direto a organizações indígenas e de comunidades locais aumentou desde a linha-base de 2021, constituindo 7,6% do financiamento de 2024 — uma ligeira diminuição em relação a 2023 — com doadores filantrópicos impulsionando grande parte desse crescimento. Em contrapartida, doadores bilaterais continuam a canalizar a maior parte dos fundos por meio de governos e organismos multilaterais. É encorajador que os fundos e redes indígenas e de comunidades locais estejam desempenhando um papel mais importante na facilitação do financiamento direto, e o número de organizações apoiadas tenha aumentado significativamente.



Embora a questão de gênero esteja cada vez mais integrada nos portfólios dos doadores — com mais da metade dos projetos incluindo objetivos de gênero — relativamente poucas iniciativas são concebidas tendo a liderança das mulheres como foco central. Os jovens continuam ainda menos visíveis: menos de 1% dos projetos têm os jovens como principal público-alvo. Perde-se assim uma oportunidade de apoiar a próxima geração de guardiões da terra e das florestas, cuja liderança será fundamental para sustentar o conhecimento intergeracional e promover ações em prol do clima e da biodiversidade.

Lições emergentes

Quatro anos após o Compromisso, várias lições ficaram claras. As vias de financiamento direto estão se expandindo, com fundos indígenas e de comunidades locais demonstrando que é possível fornecer recursos de maneira flexível, oportuna e responsável. Ao mesmo tempo, reformas sistêmicas continuam sendo essenciais: mudanças ao nível nacional em países como a República Democrática do Congo, Brasil e Colômbia enfatizam que a ação comunitária deve ser acompanhada de leis e políticas facilitadoras.

Novas pesquisas continuam a confirmar que garantir direitos territoriais é uma questão de justiça e uma das estratégias mais eficazes para o clima e a biodiversidade. No entanto, a dura realidade é que pessoas defensoras da terra e do meio ambiente continuam enfrentando riscos desproporcionais, com muitos líderes indígenas e comunitários sendo vítimas de assédio, violência e morte em consequência de seu trabalho. O financiamento deve reconhecer essa realidade e se comprometer a promover o reconhecimento dos direitos e a fornecer apoio seguro e sustentável às pessoas defensoras que estão na linha de frente.

Por fim, o Compromisso destaca o valor da colaboração. Por meio do FTFG, os doadores compartilharam dados, alinharam abordagens e se envolveram com parceiros indígenas e de comunidades locais de maneiras significativas; tais medidas não teriam sido possíveis com os doadores operando isoladamente.

Olhando para o futuro

À medida que o Compromisso chega a seus últimos meses, os doadores estão examinando suas conquistas e deficiências e abordando as lacunas persistentes de financiamento. Estão em andamento discussões para lançar um compromisso renovado na COP30 em Belém, Brasil. Embora o projeto — e os empenhos financeiros relevantes — ainda estejam em desenvolvimento, há um amplo consenso de que a próxima fase do Compromisso deve enfatizar a ambição financeira e resultados mensuráveis para os povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais, além de expandir o escopo para além das florestas para incluir outros ecossistemas críticos.